



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, 7º andar - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-035 - Fone: (51)  
3213-3533 - Email: gloraci@trf4.jus.br

**CORREIÇÃO PARCIAL (TURMA) Nº 5016476-73.2023.4.04.0000/PR**

**CORRIGENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**CORRIGIDO:** JUÍZO FEDERAL DA 13ª VF DE CURITIBA

**DESPACHO/DECISÃO**

Trata-se de correição parcial interposta pelo Ministério Público Federal em face de decisão proferida pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba que, nos autos de nº 5045060-44.2019.4.04.7000, relacionados à denominada "Operação Lava-Jato", deferiu a medida requerida pela defesa de ANTÔNIO PALOCCI FILHO e determinou a imediata liberação de R\$ 35.000.000,00 constantes da conta 0650 005 86405842-5, correlatos ao processo n. 5063590-04.2016.404.7000 (evento 170, DESPADEC1).

Peticiona a defesa informando a caracterização de hipótese de impedimento deste Relator, prevista no inciso I do artigo 252 do Código de Processo Penal. Relata que a Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000 e seus feitos correlatos, incluindo os autos em que foram impostas as medidas assecuratórias em face de ANTÔNIO PALOCCI, foram originados pelas investigações procedidas no Inquérito Policial nº 5054008-14.2015.4.04.7000, procedimento instaurado pelo Delegado de Polícia Federal Luciano Flores de Lima.

*Aponta que "o Exmo. Delegado de Polícia Federal Luciano Flores de Lima foi o responsável por instaurar o mencionado Inquérito Policial, o qual tinha como alvos ANTÔNIO PALOCCI e sua empresa, a PROJETO CONSULTORIA. Como se não bastasse, também foi o Exmo. Delegado de Polícia Federal Luciano Flores de Lima que, na condução do referido Inquérito Policial, determinou diligências em face tanto da PROJETO CONSULTORIA quanto de ANTÔNIO PALOCCI (como a autuação de representação de afastamento de sigilo bancário e fiscal). E foi esse Inquérito Policial, instaurado e conduzido pelo Exmo. Delegado de Polícia Federal Luciano Flores de Lima, que originou levou à instauração da Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000 (caso Instituto Lula)".*

Com razão a defesa.

O Código de Processo Penal assim dispõe sobre a questão:

*Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:*



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;*

[...]

A correção parcial objetiva a nulidade da decisão proferida no evento 170 dos autos de Sequestro nº 5045060-44.2019.4.04.7000 que determinou a liberação de valores bloqueados.

Referidos autos foram propostos pelo *parquet* para obter a indisponibilidade de bens e valores suficientes para assegurar a reparação do dano e o pagamento de multa e custas, além de futuro perdimento do produto ou proveito, relacionados aos delitos de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro imputados a ANTÔNIO PALOCCI FILHO na Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000.

Na Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000, da qual os autos originários é, portanto, instrumental, foram imputados fatos apurados no bojo dos Inquéritos Policiais nº 5011592-94.2016.4.04.7000, 5054008-14.2015.4.04.7000 e 5049557-14.2013.404.7000.

O Inquérito Policial nº 5054008-14.2015.4.04.7000, apontado nos como originário a tal ação penal, foi instaurado, de fato, pelo Delegado de Polícia Federal Luciano Flores de Lima, com o objetivo de apurar possível ocorrência de delito de lavagem de dinheiro em relação à empresa Projeto Consultoria, pertencente a ANTÔNIO PALOCCI.

Nota-se do andamento do inquérito policial, também, a atuação do apontado DPF na realização direta de diligências, obtenção de provas e representações.

Assim, conforme apontado pela defesa, o Delegado Federal Luciano Flores de Lima atuou efetiva e diretamente em um dos inquéritos policiais que embasou o oferecimento da denúncia nos autos da ação penal da qual os autos originários são instrumentais.

Por certo, considerando a dimensão da denominada "Operação Lava-Jato", com dezenas de fases distintas e centenas de ações penais, o impedimento ora reconhecido não se estende a toda Operação, que contou com vários agentes de persecução.

No caso, no entanto, verifica-se participação efetiva do apontado Delegado Federal na obtenção das provas que subsidiaram as imputações da ação penal, diretamente vinculada a este recurso.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Sendo assim, nos termos do inciso I do artigo 252 do Código de Processo Penal, **declaro meu impedimento para o processo e julgamento da presente correição parcial**, uma vez que diretamente relacionada à Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000 e ao Inquérito Policial nº 5054008-14.2015.4.04.7000.

Redistribua-se na forma regimental.

---

Documento eletrônico assinado por **LORACI FLORES DE LIMA, Desembargador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40003915024v13** e do código CRC **0b3165d9**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): LORACI FLORES DE LIMA  
Data e Hora: 18/5/2023, às 16:59:35

---

**5016476-73.2023.4.04.0000**

**40003915024 .V13**